



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização
do Poder Judiciário de Pernambuco (FERM-PJ)
UGE 070002**



Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: 61.441.dfc-e-707-4778-ad85-85849ac94871

20
23



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e
Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

SUMÁRIO

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas.....	05
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5 Imobilizado.....	05
2.1.6 Intangível.....	06
2.1.7 Depreciação e amortização	06
2.1.8 Passivo Circulante.....	06
2.1.9 Apuração do Resultado	06
3. Balanço Patrimonial.....	07
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	07
3.2. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial	09
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	10
5. Balanço Orçamentário.....	14
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	14
5.2. Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
6. Balanço Financeiro.....	17
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	18
8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos.....	20



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

1. Informações Gerais

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado. Sua competência consta no artigo 61 da Constituição estadual.

Conta com uma força de trabalho de 52 desembargadores, 507 juizes de direito e 6.718 servidores públicos ativos, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando à pacificação social.

O custo necessário ao funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Os recursos financeiros são advindos do Poder Executivo estadual por meio de duodécimos, bem como de receitas diretamente arrecadadas pelo Poder.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observam-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

2. Base das Demonstrações Contábeis

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

São apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual. Estas notas referem-se a Unidade Gestora Executora (UGE) 070002 - Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos orçamentários do FERM-PJPE são transferidos para a unidade TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

Por fim, para uma adequada análise global dos indicadores do Poder, sugere-se que esta demonstração seja observada conjuntamente com a demonstração consolidada publicada no Portal de Transparência do Poder.

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, com: (I) créditos resultantes de multas por descumprimento contratual, (II) a arrendamentos, (III) a remuneração pela administração dos depósitos judiciais, (IV) a direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal, (V) a multa por processo administrativo disciplinar, entre outros.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2023	2022	2021
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques - Os itens do almoxarifado, compreendendo os de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, adquiridos com recursos orçamentários do fundo são registrados com base no valor de aquisição/produção e sistematicamente transferidos para UGE 070001-TJPE, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado, tanto das entradas como das saídas de estoques. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques ocorridas no TJPE é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

A metodologia de cálculo do ajuste de perdas utilizada é mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

2.1.5 Imobilizado - É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Conforme explicado no item 2, são sistematicamente transferidos para UGE 070001-TJPE. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

2.1.6 Intangível - É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção. Dessa forma, os ativos adquiridos com recursos orçamentários do fundo, assim como ocorre com os itens 2.1.3 e 2.1.5, são sistematicamente transferidos para a unidade TJPE.

2.1.7 Depreciação e amortização - Esses fenômenos são registrados apenas na unidade gestora TJPE, pelos mesmos motivos da centralização do controle patrimonial.

2.1.8 Passivo Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado.

2.1.9 Apuração do Resultado - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial - Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Resultado financeiro - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, foram elaborados os seguintes quadros:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964.

3.1. Balanço Patrimonial – MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento.

Descrição	2023	2022
Conta Única	4.444.082,42	4.136.298,15
Contas Movimento	88,42	-
CDB/RDB	1.419.691,61	5.766.796,53
Fundos de Aplicação Financeira	294.268.353,72	116.512.397,81
TOTAL	300.132.216,17	126.415.492,49

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Do total, R\$ 360.534,71 refere-se a valores a receber relativo a um processo referente Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro -TSNR, que se encontra na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário. O saldo restante compreende valores a receber da SEFAZ-PE referente custas e taxas arrecadadas via DAE, em função de Convênio formalizado com este Poder.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.

Descrição	2023	2022
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais – Banco do Brasil ¹	7.704.968,90	8.070.558,73
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco ¹	811.492,24	722.627,07
Multas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	-	400.787,10
Créditos a receber por arrendamentos	24.927,74	68.094,60
Suprimento de Fundos Institucional	426.960,90	47.366,44
Créditos a receber por outros contratos	15.856,53	38.270,20
(-) Ajuste de perdas de créditos a receber ²	(15.472,80)	(38.246,20)
Outros Créditos a receber	3.594,35	2.381,79
TOTAL	8.972.327,86	9.311.839,73

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento e da administração dos depósitos judiciais, recebidos em janeiro do ano seguinte;

² O ajuste corresponde a 97,58% dos créditos por outros contratos, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1;

Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente – Correspondem às variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes a Serviços de TI, Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades.

Nota 5 – Realizável a Longo Prazo – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa tributária e não Tributária, esta deduzida do ajuste para perdas a um percentual de 99,73%, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2.1. Os valores inscritos referem-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores, valores pendentes de arrendatários e a penalidades aplicadas a cartório.

Descrição	2023	2022
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	1.167.719,78	528.621,93
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber da Dívida Ativa Não Tributária	(1.164.566,94)	(527.194,65)
Dívidas Ativas Tributárias	207.771,09	-
TOTAL	210.923,93	1.427,28

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Nota 6 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros.

Descrição	2023	2022
Depósito de Terceiros	4.600.718,42	4.082.052,37
Contribuições Previdenciárias e Impostos	1.887.951,54	1.457.213,58
Demais Obrigações	21.787,72	30.018,26
TOTAL	6.510.457,68	5.569.284,21

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado na tabela:

Descrição	2023	2022
Resultado do Exercício ¹ (I)	182.205.846,28	(223.613,74)
Ajustes de Exercícios Anteriores (II)	360,00	(12.120,75)
SUBTOTAL (III) = (I) + (II)	182.206.206,28	(235.734,49)
Resultado de Exercícios Anteriores (IV)	126.254.505,05	126.490.239,54
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO (V) = (III) + (IV)	308.460.711,33	126.254.505,05

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, a tabela a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros:

Descrição	2023	2022
Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(500,00)	(12.120,75)
Registro/baixa de bens móveis	860,00	-
TOTAL	360,00	(12.120,75)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.2. Quadro Analítico do Balanço patrimonial

Elaborado em atendimento ao item 8 do Anexo VI da Resolução TCE nº 218/2023, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme estrutura Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://stc.e-pec.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 61441dfe-e707-4778-ad85-85849ae94871

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
UNIDADE GESTORA : FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZACAO DO PODER JUDICIARIO D			
EXERCÍCIO : 2023	PERÍODO(MÊS) : Dezembro	Emitido em : 26/02/2024	Data realização : 26/02/2024
			Página 1 / 1
ATIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
Ativo Financeiro	300.133.649,40	126.416.584,93	
Caixa e Equivalente de Caixa	300.132.216,17	126.415.492,49	
Créditos a Curto Prazo	-	-	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.433,23	1.092,44	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	-	-	
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	
Ativo Permanente	19.464.945,03	12.549.013,59	
Créditos a Curto Prazo	1.900.471,09	561.167,91	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.970.894,63	9.310.747,29	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	
Estoques	-	-	
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	
Ativo Biológico	-	-	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	8.382.655,38	2.675.671,11	
Ativo Realizável a Longo Prazo	210.923,93	1.427,28	
Investimento	-	-	
Imobilizado	-	-	
Intangível	-	-	
Total do Ativo	319.598.594,43	138.965.598,52	
PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
Passivo Financeiro	11.137.883,10	12.711.093,47	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	12.290,20	-	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.615.135,22	7.120.188,76	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	21.620,50	
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	
Provisões a Curto Prazo	-	-	
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	6.510.457,68	5.569.284,21	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Provisões a Longo Prazo	-	-	
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	
RPNP a Executar	-	-	
Crédito Empenhado a Liquidar	-	-	
Crédito Empenhado a Liquidar Inscrito em RPNP	-	-	
Passivo Permanente	-	-	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	-	-	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	
Provisões a Curto Prazo	-	-	
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-	
Provisões a Longo Prazo	-	-	
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	
Total do Passivo	11.137.883,10	12.711.093,47	
Saldo Patrimonial	308.460.711,33	126.254.505,05	

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Correspondem apenas a taxas:

Descrição	2023	2022
Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	123.745.903,08	112.832.382,67
(-) Restituição de Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	(387.367,30)	(264.390,93)
Custas Processuais	119.858.409,70	95.374.676,15
(-) Restituição de Custas Processuais	(195.360,17)	(242.620,55)
Taxa Judicial	85.545.520,14	67.832.175,62
(-) Restituição de Taxa Judicial	(101.585,32)	(106.275,14)
Receitas Incidentes sobre Emolumentos ¹	5.511.447,54	-
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre Emolumentos	(6.641,26)	-
TOTAL	333.970.326,41	275.425.947,82

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Receita Incidente sobre Emolumentos, criada conforme Lei nº 16.521/2018, passou a ser registrada neste grupo, em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 5.539/2022). Até 2022, eram classificadas como “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”.

Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – A variação negativa, em relação ao ano anterior, justifica-se por não ter ocorrido receita advinda de inscrições para concurso público no Poder.

Descrição	2023	2022
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	7.508.687,70	6.600.004,70
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	2.530.418,25	2.497.552,25
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(700,00)	(675,00)
Receita de Arrendamentos	1.261.517,54	1.063.346,28
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	-	2.023.629,02
Outras Receitas	236.685,09	203.967,99
TOTAL	11.536.608,58	12.387.825,24

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas – Compreende transferências de bens móveis da UG 070001 que foram alienados no exercício, com ingresso de recurso no FERM.

Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Do total, 99,59% refere-se a receita pela administração dos depósitos judiciais, migrados para o Banco do Brasil no decorrer de 2022. Destaca-se a mudança na classificação da receita sobre emolumentos que passou a ser considerada como uma espécie de taxa, constando na nota 1, o valor arrecadado em 2023 a esse título.

Destaca-se a mudança na classificação da receita sobre emolumentos que passou a ser considerada como uma espécie de taxa, constando na nota 1, o valor arrecadado em 2023 a esse título.

Descrição	2023	2022
Receita pela administração dos depósitos judiciais no Banco do Brasil	99.545.270,86	35.156.364,09
Multas administrativas	237.814,65	460.581,31
Indenizações e restituições	103.827,77	656.136,91
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	22.773,40	25.264,43
Demais variações patrimoniais aumentativas	43.853,69	41.009,75
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	-	4.988.974,51
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	-	(5.004,74)
TOTAL	99.953.540,37	41.323.326,26

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Pessoal e Encargos – Evidencia os valores com parte dos benefícios a pessoal, especialmente com auxílio alimentação, indenização de transporte e ajuda de custo. A visão completa do gasto consta na demonstração consolidada do Poder, publicada no Portal de Transparência.

Descrição	2023	2022
Auxílio Alimentação	18.739.662,76	21.984.879,01
Indenização de Transporte	2.529.506,25	-
Ajuda de Custo	5.400,00	5.650,00
Total	21.274.569,01	21.990.529,01

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Nota 6 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Evidenciam parte dos valores pagos a título de auxílio saúde. A visão completa do gasto consta na demonstração consolidada do Poder, publicada no Portal de Transparência.

Nota 7 – Transferências e Delegações Concedidas – Correspondem às transferências intragovernamentais, relativas a valores, bens móveis, imóveis, almoxarifado e/ou softwares. Abrange também as transferências a instituições privadas, correspondentes a instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em relação às transferências intragovernamentais, excetuando o primeiro item da tabela, os demais tratam-se de bens transferidos para a UGE 070001-TJPE, em virtude de o controle patrimonial ser centralizado nessa unidade. Esses valores aparecem como recebidos no TJPE, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2023	2022
Repasses financeiros concedidos ¹	41.225.489,70	107.128.938,07
Bens móveis - transferências concedidas no mesmo órgão	8.713.442,39	34.590.365,45
Softwares - transferências concedidas no mesmo órgão	3.189.915,92	7.114.950,78
Bens imóveis - transferências concedidas no mesmo órgão	10.785.368,23	10.797.758,04
Almoxarifado - transferências concedidas no mesmo órgão	7.499.749,92	4.454.652,81
Subtotal de Transferências Intragovernamentais (I)	71.413.966,16	164.086.665,15
Instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico	315.243,63	232.116,00
Subtotal de Transferências a Instituições Privadas (II)	315.243,63	232.116,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	71.729.209,79	164.318.781,15

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Do montante de 2023, R\$ 40.000.000,00 refere-se a repasses efetuados ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23 e R\$ 1.225.489,70 transferido à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Nota 8 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Compreende o ajuste para perdas em dívida ativa não tributária que importou em R\$ 637.372,29, perdas com alienação de bens móveis de R\$ 769.027,73 e a desincorporação de um crédito de R\$ 7.275,69.

Nota 9 – Tributárias – Correspondem especificamente às variações decorrentes de taxas, destacando-se as municipais, e contribuições previdenciárias sobre prestação de serviços pessoa física.

Nota 10 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Do total das diversas variações patrimoniais diminutivas, R\$ 652.889,69 refere-se a despesas com



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

indenizações e restituições, R\$ 186.050,00 com indenizações do Programa Moradia Legal - PE (Lei nº 13465/2017-Regularização Fundiária Rural e Urbana), bem como 32.500,00 de condecorações e premiações.

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e na IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

Em atendimento ao previsto no § 3º, art. 6º da Resolução TJPE nº 378/2015, a Diretoria Geral da instituição presta a seguinte informação:

Declaramos para fins de transcrição em nota explicativa integrante às demonstrações contábeis do encerramento do exercício de 2023, em cumprimento ao § 4º, art. 6º da Resolução TJPE nº 378/2015, a ocorrência de transferências financeiras no montante de R\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de Reais), oriundo do Fundo Especial de



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Reaparelhamento e Modernizado do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE para o Poder Executivo, em atendimento a Lei de nº 18.165, de 08 de junho de 2023, publicada no DOE de 09 de junho de 2023.

Tal transferência, em que pese, não estar relacionada às metas prioritárias do FERM-PJPE, não comprometeu, nem prejudicou, a implementação e/ou o andamento de quaisquer das atividades ou metas prioritárias definidas na Lei nº 14.989/2013, e regulamentadas na Resolução TJPE nº 378/2015.

Declaramos ainda, que todas as despesas realizadas no ano de 2023, são relacionadas às metas prioritárias definidas para o Fundo especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE, conforme art. 3º, da Lei nº 14.989/2013.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Compreendem as receitas diretamente arrecadadas, relativas a custas processuais, taxa judiciária, Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR) e Receita Incidente sobre Emolumentos. É apresentada pelo seu valor líquido, importando em uma receita bruta arrecadada de R\$ 333.320.281,30, com dedução de R\$ 690.954,05, que correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2023	2022	% (2023/2022)
Custas Processuais	119.019.558,43	95.068.445,12	25,19%
Taxa Judicial	84.746.426,76	67.658.599,45	25,26%
Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	123.358.535,78	112.567.991,74	9,59%
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	5.504.806,28	-	-
TOTAL	332.629.327,25	275.295.036,31	20,83%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – Do montante, 99,63% compreende a arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais por parte do Banco do Brasil.

Nota 3 – Total das Receitas – As receitas arrecadadas (realizadas) corresponderam a 146,52% das receitas previstas.

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Superávit de Arrecadação
(a)	(b)	(c) = (b - a)
322.398.800,00	472.384.490,00	149.985.690,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Nota 4 – Dotação Inicial - Na Lei Orçamentária Anual de 2023, a diferença entre a dotação inicial da despesa quando comparada com o montante previsto da receita inicial é de R\$ 1.040.000,00. Esse valor refere-se à destinação de orçamento à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

Previsão Inicial da Receita	Dotação Inicial da Despesa	Diferença (Dotação alocada na Defensoria Pública)
(a)	(b)	(c) = (a - b)
322.398.800,00	321.358.800,00	1.040.000,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Despesas Empenhadas – Atingiram o montante de R\$ 255.868.725,46, correspondendo a 79,62% da dotação atualizada no montante de R\$ 321.358.800,00, representando uma economia na execução de R\$ 65.490.074,54, ou, ainda, 20,38% das autorizações.

Nota 6 – Superávit Orçamentário – Obtido pela diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	c = (a - b)
472.384.490,00	255.868.725,46	216.515.764,54

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências financeiras concedidas, evidenciadas na coluna “c” da tabela abaixo, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 175.290.274,84.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Transferências Financeiras Concedidas ¹	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c)	d = (a - b - c)
472.384.490,00	255.868.725,46	41.225.489,70	175.290.274,84

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro.

¹ Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996, no valor de R\$ 1.225.489,70, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23, no valor de R\$ 40.000.000,00, cuja fonte foi superávit de exercícios anteriores.

Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://stc.e-pec.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 61441dfe-e707-4778-ad85-85849ae94871



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP, 9ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do balanço orçamentário com informações extraídas da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da demonstração de fluxos de caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	472.204.915,00
(-) Despesas Correntes Pagas	(230.738.622,71)
(-) Restos a pagar de 2022 pagos em 2023 ref. Atividades Operacionais	(3.214.486,98)
(-) Transferências Concedidas ¹	(41.225.489,70)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	197.026.315,61
	(Continua)
	(Continuação)
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	179.575,00
(-) Despesas de Capital Pagas	(20.480.889,61)
(-) Restos a pagar de 2022 pagos em 2023 ref. Investimentos	(3.957.340,54)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>	(24.258.655,15)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (III) = (I) + (II)	172.767.660,46

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O total de transferências concedidas neste demonstrativo difere do apresentado na DFC, uma vez que o valor acima representa os valores repassados sem correspondente execução orçamentária. Dessa forma, na DFC, consta como transferência concedida o valor de R\$ 41.540.733,33, que contempla R\$ 315.243,63 referente a despesas correntes pagas a instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (modalidade de aplicação 50).

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.

Nota 1 – Receita Orçamentária – A receita está apresentada líquida das deduções.

Descrição	2023	2022
Receita Orçamentária Bruta (I)	473.076.144,05	332.966.240,12
Total Restituições (II)	(691.654,05)	(618.966,36)
(-)Restituição de Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	(387.367,30)	(264.390,93)
(-)Restituição de Custas Processuais	(195.360,17)	(242.620,55)
(-)Restituição de Taxa Judicial	(101.585,32)	(106.275,14)
(-)Restituição de receitas incidentes sobre os emolumentos	(6.641,26)	(5.004,74)
(-)Restituição da receita de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais	(700,00)	(675,00)
Receita Orçamentária Líquida (III) = (I) + (II)	472.384.490,00	332.347.273,76

Nota 2 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996, no valor de R\$ 1.225.489,70, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pelas Lei nº 18.165/23, no valor total de R\$ 40.000.000,00.

Nota 3 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa verifica-se um aumento do saldo de 2023, no montante de R\$ 173.716.723,68, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2022.

Saldo Final em 31/12/2023	Saldo Final em 31/12/2022	Resultado Financeiro de 2023
(a)	(b)	(c) = (a - b)
300.132.216,17	126.415.492,49	173.716.723,68

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, a DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Quanto ao fluxo de caixa extraorçamentário, inerente à execução orçamentária, este decorre do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, contempla a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

Em uma análise individual dos fluxos de caixa, o resultado orçamentário superavitário importou em um aumento no fluxo de caixa das atividades operacionais, que foi reduzido pelas transferências concedidas, gerando, ainda assim, um aumento no saldo líquido existente em caixa em 2022.

A movimentação apresentada na DFC considera as receitas arrecadadas, bem como as despesas empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.

Nota 1 – Transferências Concedidas – Compreende o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/1996, no valor de R\$ 1.225.489,70, bem como o repasse efetuado ao Poder Executivo Estadual, conforme autorizado pela Lei nº 18.165/23, no valor total de R\$ 40.000.000,00. Além disso, contempla também as transferências realizadas para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 315.243,63.

Nota 2 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde à soma do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final foram confrontados com aqueles da conta de mesmo nome do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, não havendo diferença a ser justificada.

Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2023, em um acréscimo no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 949.063,22.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – FERM-PJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2023

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 12 do Anexo VI da Resolução TCE nº 218/2023, que trata da elaboração das Notas Explicativas, apresenta-se a tabela abaixo referente à movimentação por fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes		Total
	755000000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta ¹	759240000 Recursos vinculados a fundos - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM	
Saldo inicial 2023 (I)	406.961,48	113.298.529,98	113.705.491,46
Entradas (II)	257.337,94	472.818.806,11	473.076.144,05
Receitas	257.337,94	472.818.806,11	473.076.144,05
Saídas (III)	-	297.785.869,21	297.785.869,21
Restituição de Receita	-	691.654,05	691.654,05
Repasses Concedidos	-	41.225.489,70	41.225.489,70
Despesas Liquidadas	-	255.868.725,46	255.868.725,46
Saldo Final 2023 (IV) = (I + II - III)	664.299,42	288.331.466,88	288.995.766,30

Fonte: e-Fisco Financeiro

¹ A fonte de Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos, apesar de ser recurso da UGE 070002 - FERM, em razão do padrão definido pelo Poder Executivo, é contabilizada em fonte (código) específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Recife, 22/03/2024.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Ricardo Paes Barreto
Presidente

Documento Assinado Digitalmente por: CARLEIDE MARIA BEZERRA, RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 61441dfc-e707-4778-ad85-85849ae94871